

PONTO CRÍTICO / POLÍCIA X POLÍCIA

A UNIFICAÇÃO É O CAMINHO PARA SOLUCIONAR A CRISE NAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR?

DF-polícia

SIM

PAULO CASTELO BRANCO

Ex-secretário de Segurança
Pública do Distrito Federal, é advogado

É A SOLUÇÃO EVIDENTE

A unificação das polícias não somente é necessária, mas é solução evidente. Todas as vezes que a questão da segurança pública é agravada por episódios mais expostos pela mídia volta o exame da unificação das polícias.

Para uma perfeita avaliação é necessário o exame imparcial e objetivo da instituição secular que é a Polícia Militar, com todos os seus heróis e personagens que marcaram a história da segurança pública e do Brasil. A imagem do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, é, sem dúvida, um embaraço nesse imbróglio. Das vezes que tratei da unificação em fóruns reservados, pude constatar que o argumento final, para não ser concretizado o desejo, era: onde colocar Tiradentes e a sua magnífica história.

A realidade é que o mundo já resolveu essa questão, sendo que alguns países conseguiram, até, ter polícia altamente profissionalizada e com normas de empresa privada. A nossa Polícia Militar, com a estrutura de força efetivamente militar, se

caracteriza por ser uma reserva das Forças Armadas e, hoje, supera-as numericamente. O policiamento ostensivo, que é fundamentalmente atividade das polícias militares, provoca inevitáveis conflitos nas relações com a sociedade, especialmente porque é de grande sacrifício a exposição diária do policial no combate direto à criminalidade e violência. O desgaste emocional e as constantes e prementes necessidades pessoais acabam provocando danos, muitas das vezes irreparáveis, na vida familiar desses abnegados protetores da sociedade.

Por outro lado, a Polícia Civil, mais preparada intelectualmente e com mais recursos, fica sendo o paradigma óbvio para as reivindicações dos policiais militares. A difícil equiparação agrava as relações entre as duas instituições e acaba provocando os embates já corriqueiros no cotidiano das grandes cidades.

Mas como resolver? Não é simples, mas os exemplos já estão nos demonstrando o caminho a seguir até a unificação. O primeiro passo é a integração. O funciona-

mento de centrais de polícia em um único prédio já melhora, em muito, as relações; o comando único, sob a responsabilidade do secretário de Segurança Pública, é outro fator que, se aplicado, demonstrará o acerto; a determinação de que todos devem iniciar a atividade policial nas ruas, em contato direto com a sociedade, não somente facilita a unificação como também preenche o desejo da Polícia Civil em estar nas ruas de forma caracterizada, além de realizar a vontade dos policiais militares, que poderão, afinal, praticar atos de investigação. A Corregedoria única e o fim da militarização nos levarão à inevitável união.

Não será fácil, nem rápido; mas é imprescindível a discussão e o acompanhamento do projeto em tramitação no Congresso Nacional, para que tenhamos a polícia dos nossos sonhos; bem remunerada, aparelhada e respeitada. A polícia de Brasília demonstrou que é possível; foi o que se fez no curto tempo de 11 meses; todos, do secretário ao soldado, nas ruas combatendo o crime, com as leis que existem. Não dá para esperar.

NÃO

ALBERTO FRAGA

Deputado pelo PMDB do
Distrito Federal

INICIATIVA PARA DEPOIS

A tão propalada unificação das polícias estaduais — Civil e Militar — ainda não deve ocorrer. Quem conhece essas corporações sabe de suas diferenças, pois, apesar de prestarem serviços complementares, compatíveis dentro de um sistema de persecução criminal, possuem culturas diversas. Assim, o que inviabiliza qualquer tentativa de unificação forçada não são suas atividades, mas as estruturas sobre as quais estão assentadas há mais de um século. Uma é militarizada, fundada com base na hierarquia e disciplina militares, portanto, com valores peculiares e regime jurídico militar; a outra, baseada na administração civil, também com valores próprios, mas sob o manto de um estatuto civil. Não é melhor ou pior uma ou outra: são diferentes.

Em uma unificação açodada, essas culturas peculiares trariam enormes conflitos, especialmente de natureza jurídica, relacionados, por exemplo, aos direitos

adquiridos dos membros das corporações. A unificação manu militare ocorrida no final da década de 60 — incorporação das guardas civis estaduais à Polícia Militar — ainda não foi resolvida em muitos estados, restando processos que consomem milhões dos cofres públicos.

Devemos caminhar no sentido da integração das polícias, tanto estaduais quanto federais. Entretanto, trata-se de um processo que deve ser conduzido de forma natural, contínuo e com muito tato político, respeitando as individualidades das corporações. O triste episódio ocorrido na semana passada no Distrito Federal reflete, de maneira radicalizada, as diferenças culturais, a falta de entrosamento, além da inabilidade política para fomentar um espírito de cooperação entre elas. A unificação deve se dar sem traumas, sem ressentimentos, sem demandas judiciais, sem tiros.

Esse processo de integração já está

ocorrendo em muitos estados, em diferentes níveis, como no Rio de Janeiro — com uma proposta mais ousada —, Pará, Ceará, Rio Grande do Sul e São Paulo, entre outros. Basicamente, pretende-se que as corporações se respeitem e trabalhem juntas, que convivam em harmonia. Para isso, é necessário que as unidades policiais civis e militares trabalhem em base territorial idêntica, em prédios e centrais de comunicações comuns e recebam o mesmo tratamento — inclusive salários iguais. Os dirigentes de uma e outra devem atuar de forma interdependente e responder conjuntamente pelos resultados.

O processo de integração urge, e quem não começou está atrasado. Cabe aos políticos a sua condução, de forma responsável, cientes de que para a população, não importa qual polícia irá atuar, mas que seja eficiente e garanta a proteção à vida e ao patrimônio, dever do Estado e direito de todos.